

**35º Encontro Anual da Anpocs – 24 a 28 outubro- 2011-  
Caxambu, MG**

GT – 20 - Metamorfoses do rural contemporâneo

**Titulo: Metamorfoses do rural: a vez do meio ambiente**

Autora: Cimone Rozendo

Resumo

A crise ecológica tem concedido um lugar de destaque ao meio rural nos debates sobre a necessidade de novos estilos de desenvolvimento. Autores como Mormont (1996) Jollivet (1997) e Wanderley (2005) concebem a referida crise como uma oportunidade de ressignificação do rural, através da qual se pode estabelecer uma nova relação com a natureza, com os espaços urbanos, uma nova forma de produzir e viver no rural. Mas qual seria o alcance desta ressignificação em uma área rural de uma região metropolitana empobrecida do nordeste brasileiro? De que forma os agricultores familiares desta região se apropriam desse repertório ambiental e que práticas se originam daí? A proposta deste artigo é analisar como a intensificação dos preceitos ecológicos têm influenciado na reprodução da agricultura familiar na grande Natal.

## Introdução

No Brasil o mundo rural tem conquistado importância crescente no quadro de desenvolvimento mais geral, sobretudo, nas últimas décadas. Essa posição destacada se deve em parte, pelo reconhecimento dos direitos individuais e coletivos de uma diversidade de atores que compõem este espaço, particularmente dos agricultores familiares e assentados de reforma agrária, mas também pelo seu papel face às freqüentes demandas por qualidade ambiental, pela proteção da biodiversidade, por segurança alimentar etc. (Veiga, 1999, Wanderley, 2000) aspectos, que de uma maneira geral, encontram-se sintetizados na concepção de sustentabilidade. Refletindo sobre a ascensão do debate ambiental no espaço rural Mormont (1997) considera que o meio ambiente rural é um território, uma força produtiva, mas é também a base das identidades locais e regionais que podem sustentar projetos de desenvolvimento e as dinâmicas locais. Neste aspecto, “o meio ambiente é um modelo de referência para pensar a ruralidade contemporânea (p. 37), ele não se agrega apenas às questões rurais e agrícolas clássicas, ele as reformula e as recompõem” (p.40). O metamorfoseamento do debate sobre rural a partir da perspectiva ambiental ou ecológica é visto por Jollivet (2001) como uma possibilidade de valorização do espaço rural bem como de sua população. <sup>1</sup>Em sentido análogo, Wanderley (2005) assevera que tal perspectiva pode representar para o meio rural a possibilidade de levar a cabo uma modernidade socialmente definida. Este novo quadro parece conformar-se muito lentamente sob diversos aspectos, mas o protagonismo dos agricultores familiares face às novas demandas do rural, conforme mencionado anteriormente, constitui-se em indicador importante desta nova condição.

Nesse contexto, os espaços rurais têm se tornado objeto de uma multiplicidade de estratégias de desenvolvimento, promovidas tanto pelo Estado quanto por atores sociais ligados a ONGs e/ou as organizações representativas das populações rurais com foco nas demandas ambientais. As diferentes formas de cooperação com vistas à produção, à comercialização ou financiamento; a

---

<sup>1</sup> Foram as reflexões de Jollivet (1997) a respeito dos efeitos do debate ambiental sobre o rural que inspiraram o título deste trabalho.

formação de bancos de sementes, as experiências com produção orgânica, o desenvolvimento de sistemas de manejo a partir de princípios agroecológicos, a formação de redes de economia solidária e etc; são estratégias importantes que têm contribuído para dinamizar os espaços rurais em seus diversos níveis, a partir de uma perspectiva socioambiental. Contudo, as formas de inserção dos aspectos ambientais em cada uma dessas práticas se dá de maneira distinta e nem sempre são desencadeadas por situações que caracterizam “uma questão ambiental”. Neste quadro interessa investigar: Em que medida esta investida ambiental tem contribuído para dinamizar o rural? E quais são as dinâmicas gestadas pelos agricultores familiares a partir dessa condição?

As reflexões contidas neste artigo têm como referencia empírica a experiência de organização de hortas comunitárias em bases agroecológicas, desenvolvidas por 10 famílias do Assentamento de Reforma Agraria - Caracaxá, município de Macaíba, região metropolitana de Natal. A escolha da localidade se justifica tanto pelo volume de investimentos destinados ao fortalecimento da agricultura familiar - um dos maiores do estado do Rio Grande do Norte, segundo dados da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) - quanto pela sua importância na economia regional e nos propósitos de conservação ambiental, visto que constitui uma das principais fontes de recursos hídricos da região (Clementino, 2007). Além disso, a referida localidade possui uma agricultura familiar bastante diversificada envolvendo desde comunidades quilombolas, assentamentos de reforma agraria, agricultura de subsistência até agricultores familiares bastante modernizados.

O artigo traz uma reflexão acerca das categorias de rural e meio ambiente e sua relação tendo como referencias básicas Mormont (1997, 2001) e Jollivet (1997, 2001) e Wanderley (1996, 2000). Embora muitas destas referencias teorizem sobre a experiência europeia, constituem aportes importantes na reflexão desta temática no caso brasileiro. O trabalho está organizado em quatro pontos: a) A Construção da relação rural e meio ambiente momento que se busca evidenciar os diferentes momentos deste processo bem na sociedade contemporânea; b) Meio ambiente uma nova dimensão para o rural? Neste item, problematiza-se até que ponto essa categoria é de fato nova para o rural e que possibilidades são abertas para os agricultores a partir do

debate ecológico; c) Meio ambiente redefinindo recorte rural e urbano, evidencia-se não apenas como o meio ambiente emerge como elemento de disputa, de significado de apropriação, mas também como elemento articulador de novas institucionalidades e solidariedades e, finalmente; d) Idiosincrasias da questão ambiental no espaço rural – analisa brevemente as formas de inserção dos preceitos nominados ambientais no rural do município. Evidencia ainda como as perspectivas de segurança alimentar tem contribuído para dar um novo significado a este aspecto no espaço rural .

### 1.1 A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO RURAL E MEIO AMBIENTE

Pensando sobre a evolução do conceito de rural, Jollivet (2001, p.342 - 358) aponta três dimensões desta concepção: primeira, do ponto de vista das instituições, ele representa apenas uma categoria administrativa, de ordenamento territorial; um instrumento de gestão, de organização do espaço. A segunda dimensão, que o autor chama de morfológica, diz respeito às relações estabelecidas entre este espaço (físico) e as pessoas, o que para ele tem implicações políticas importantes. Estas dimensões porque são também resultados de diferentes processos históricos, trazem consigo as marcas desta transformação, sendo portadoras de uma determinada concepção sobre a natureza, sobre a cidade, sobre o rural enfim, sobre a sociedade. Nesse sentido, o fosso estabelecido entre o rural e o urbano seria revelador destas concepções. A terceira dimensão tem a ver com o fato de o rural ser o resultado das representações coletivas que fundam a identidade nacional. Para o referido autor, o rural tem igualmente uma significação histórica, econômica e social da qual ele é o traço a testemunha concreta, mas de uma história feita de escolhas, de alianças e da relação de forças entre poderes sociais. Nesta perspectiva o rural exprime então uma relação coletiva histórica construída entre uma população e seu território. Portanto, o entendimento do que é o meio ambiente rural passa, necessariamente, pela definição de duas variáveis: a concepção coletiva de rural e de natureza.

Analisando as transformações do meio rural em sete países da Europa, Jollivet (1997) se pergunta como as questões ambientais vieram tomar lugar

nestes diferentes contextos. O autor evidencia o fato de que inicialmente, os problemas ambientais estavam muito mais relacionados aos ambientes urbanos sendo meio rural o “pulmão verde”, o espaço da saúde das sociedades industriais, do qual os agricultores eram os guardiões.

As ações dos movimentos ambientalistas aliadas à crise da política agrícola comum (PAC) contribuíram fortemente para que se configurasse um cenário no qual a concepção de conservação da natureza ganhou força. Esta situação teve implicações na forma de conceber o papel do rural e da agricultura em diferentes sociedades, fazendo com que os agricultores passassem da condição de protetores da natureza para produtores de riscos ambientais. Além disto, as transformações dos espaços rurais com a instalação de indústrias, a multiplicação das vias de comunicação, a expansão demográfica, a instalação de equipamentos de lazer etc, contribuíram de forma substancial para que se desvanecesse a representações do rural como espaço de amenidade. Considerando estes aspectos, Jollivet (1997) afirma que se pode observar cinco evoluções dos espaços rurais:

- 1) O rural se separa do agrícola; O rural não é mais o mundo da população agrícola. A suburbanização leva para o campo uma população não agrícola, aproximando as fronteiras entre o rural e o urbano.
- 2) O agrícola se separa do rural: A agricultura industrial produtivista deixa de ser considerada uma atividade rural,
- 3) Os campos deixam de ser identificados como um meio ambiente de qualidade; o mundo rural perde o seu crédito como protetor da natureza,
- 4) O rural torna-se um simples espaço para as estratégias de localização, seja de habitação ou para instalação de outras atividades. Neste caso o rural passa de um valor patrimonial, para um valor cultural, pois as qualidades buscadas, principalmente pelos citadinos, são de ordem estética, de propriedade e de conforto. A natureza é assim, um fator de serviço e não fator de produção,

5) O rural torna-se o lugar de aplicação da doutrina ambientalista planetária. O rural é tanto o lugar de reserva de recursos naturais quanto lugar de reservas de amostras da natureza, o que se revela pela proliferação de diferentes tipos de espaços protegidos, que em geral são implementados de forma impositiva e autoritária. Para Jollivet isto significa o estabelecimento de uma fronteira entre natureza e sociedade (cultura). Como se fosse necessário colocar uma barreira à ação humana no momento em que ela se revela capaz de investir e explorar a totalidade da esfera natural e essa fronteira atravessa o rural. (JOLLIVET, 1997, p. 361-364)

Para o autor, o rural continua sendo o lugar privilegiado da relação sociedade natureza, mas essa relação agora está permeada pela referência ambiental. Também a agricultura, não constitui o instrumento primeiro, natural e evidente desta mediação. Para que ela venha a ocupar novamente este lugar precisa passar grandes transformações nas quais os aspectos ambientais sejam considerados.

Jollivet (1997) afirma que se o rural se separa da agricultura é para fazer com que haja um retorno aos seus fundamentos. Isto se evidencia a partir de novos usos do rural, nos quais os aspectos relativos à manutenção do quadro de vida têm preminência. Assim, para o referido autor uma nova categoria de rural se constrói:

A de um rural formado, permeado, estruturado, dinamizado, mesmo de forma conflituosa, pela referência ambiental e pelo projeto e sentido que esta referência veicula...Seja pela ideia de uma agricultura sustentável, seja por uma nova concepção de arte de morar..no espaço de trabalho e no espaço doméstico-uma nova forma de tratar e gerir uma natureza próxima e cotidiana, uma nova maneira de apreciar as amenidades que ela traz (JOLLIVET, 1997, p. 365)

É por isso que para o autor, o rural tem um lugar privilegiado no entendimento da relação sociedade/natureza, em que ele é o “laboratório social”. Tal aspecto tem ampliado as investigações sobre o rural e, conseqüentemente, contribuído, em grande medida, para sua resignificação.

Jollivet (2001) sublinha o fato de que mesmo quando as preocupações ambientais não surgem no meio rural elas são projetadas sobre ele. O autor se pergunta como essas transformações produziram uma espécie de ambientalização dos problemas rurais? Ele mostra que, no caso europeu, isso ocorreu a partir de três eixos diferentes e convergentes. Em um primeiro momento estas transformações ocorreram tendo como foco as preocupações com higiene pública, posteriormente, na defesa da natureza e finalmente, sobre a agricultura e suas modalidades futuras.

Ainda que não se veicule a ideia de higiene pública, um caráter que poderia se chamar propriamente ambiental, ela é uma primeira forma desta manifestação. Ela surge principalmente, em razão do crescimento das cidades e se exprime por meio da preocupação com o tratamento de dejetos, da destinação dos esgotos, pela demanda de espaços para funções turísticas, para habitação e retirada da água para abastecimento da metrópole. Paralelamente, os movimentos em favor da proteção da natureza foram ganhando vigor dando uma nova dimensão para tais problemas. Suas ações se fizeram sentir pela implantação de reservas naturais, parques e outras categorias de áreas protegidas.

No que concerne à agricultura moderna esta também passava por grandes questionamentos tanto do ponto de vista da sua opção técnica – altamente demandatória de insumos, com impactos cada vez mais visíveis sobre os ecossistemas – quanto do ponto de vista social – com a expulsão de inúmeros agricultores do campo que não conseguiram se adequar ao modelo.

Este cenário fez emergir a necessidade de se pensar numa forma efetiva de gestão dos recursos naturais renováveis implicando na constituição de políticas que pudessem orientar tais objetivos. A primeira iniciativa neste sentido se revelou nos Planos de Ocupação do Solo, na chamada política de urbanização dos campos que visava melhorar as condições sanitárias no meio rural. A segunda foi o fortalecimento das políticas de proteção à natureza, com o aumento do número de áreas protegidas, conforme citado anteriormente. A terceira iniciativa envolveu alterações na Política Agrícola que passou a sugerir a proteção de áreas, em geral desfavorecidas pela modernização agrícola. A este respeito Jollivet (1997) teceu uma importante observação, afirmando que,

na Europa, em geral, as zonas protegidas de hoje são freqüentemente, as zonas rurais que outrora foram desfavorecidas pela modernização. Apropriadas pelo ministério do meio ambiente, estas áreas passam a exercer uma função pública (social) importante.

No caso europeu estas medidas preservacionistas foram, pouco a pouco, sendo assimiladas pelos projetos de desenvolvimento econômico-social. Jollivet (2001) mostra os diferentes momentos deste processo evidenciando o fato de que, inicialmente, a ideia de proteção se fez em oposição à de produção em outro momento esta proteção excluiu o ser humano, pois este representava apenas um fator de perturbação da ordem natural. Tais acepções derivaram, em parte, de uma concepção de produção baseada na maior artificialização possível do meio natural, no domínio completo do ser humano sobre a natureza, numa perspectiva de que esta constitui apenas mais um recurso a ser explorado.

A este respeito Jollivet (2001) adverte sobre os efeitos perversos das políticas que dicotomizam a relação sociedade e natureza. Neste quadro, a concepção de conservação emerge, como resultado de uma nova compreensão desta relação, por meio da qual se preconizava a integração entre os domínios – produção/conservação ou sociedade e natureza, passando de uma noção de natureza excepcional a ser protegida, para uma concepção de natureza ordinária, cotidiana. Neste novo enfoque a diminuição do risco está integrada ao próprio processo produtivo e não é concebida em termos de externalidades. Para Jollivet (2001) esta abordagem se opunha às que buscavam enclausurar a ideia de proteção da natureza em guetos, pois como observou o referido autor: “estes guetos não tardam em se transformar em fortalezas a serem conquistadas” (JOLLIVET, 2001, p. 351), tornando-se objeto de inúmeros conflitos.

Neste aspecto o autor reitera a necessidade de que a noção de proteção precisa ser generalizada para uma perspectiva de natureza ordinária. Contudo, considera que isso não ocorrerá a partir da adoção de um único modelo de agricultura, mas do aproveitamento das características biofísicas de cada localidade bem como da valorização da diversidade cultural de suas populações. Nesta proposta a conexão entre os aspectos sociais e ambientais é



concebida como uma estratégia capaz não apenas de atribuir novos sentidos ao desenvolvimento, mas constituir-se em uma de suas estratégias. Assim, a partir de uma concepção mais ampla de proteção, a tradição, o saber fazer local emergem como atributos igualmente valorizados tanto quanto o meio físico.

Conforme se observou nesta análise, a necessidade de reintegrar o ser humano a natureza colocou em xeque a noção mesma de proteção *stricto sensu*. A emergência de termos como “gestão ecológica” é um símbolo da insuficiência da noção de proteção dominante, assim como a ideia de gestão de recursos naturais renováveis exprime as reticências ao modelo de agricultura contemporâneo. Neste processo constante de transformação da relação sociedade-natureza estão implicadas novas acepções sobre esta mesma natureza. Assim, a concepção de proteção metamorfoseia-se em conservação para, recentemente incorporar a noção de patrimônio natural. É interessante observar que a referida noção não se agrega simplesmente a de conservação, mas lhe atribui um novo significado, que procura evidenciar sua função pública, e portanto, sua legitimidade. Há um deslocamento da ênfase que busca de certo modo conquistar o consentimento público no que se refere os propósitos da conservação.

Jollivet (2001) afirma que esta integração do conceito de patrimônio não implicou em mudanças profundas dos conteúdos preservacionista. Esta nova composição mostrou sim uma intenção de mudança, que pôde ser observada tanto nas novas nomenclaturas quanto na alusão ao *savoir-faire* das populações locais, com o aproveitamento de suas práticas na gestão do patrimônio, na preservação da memória coletiva etc. No entanto, na maior parte dos casos, isto não passou de uma perspectiva que o autor denominou de museográfica. Em outras palavras, no fundo, continuou predominando, uma noção de natureza como um elemento externo ao ser humano.

Apesar do aumento das preocupações ambientais e das iniciativas que buscam construir novos cenários para os espaços rurais, por meio dos quais a relação entre o ser humano e a natureza possam se recompor (agroecologia, agricultura orgânica etc.), prevalece ainda, uma concepção muito normativa do problema, para usar a expressão dos “experts”: trata-se de um problema de gestão. Quando se desloca o debate para esta esfera subtrai-se o seu conteúdo

político, como se a relação ser humano/ natureza fosse meramente uma questão de boa ou má administração ou ainda, simplesmente, um problema técnico. Assim propagam-se as noções de gestão dos recursos naturais, gestão da qualidade de vida, o que na realidade são diferentes faces de um mesmo aspecto, mas que na maioria dos casos são tratados separadamente.

Independente da orientação que as políticas ou que os projetos para o meio ambiente têm seguido é importante sublinhar que estes estão perpassados por uma diversidade de concepções de natureza, de rural, de agricultura etc. e que os espaços rurais, resultam pois, dos embates entre a multiplicidade de atores, locais ou não, que compõem este território. É justamente isto que se torna um ponto importante para Jollivet (2001):

É através do jogo contraditório e sutil destas diferentes tendências que se produzirão as evoluções nas relações, sistemas produtivos agrícolas e os meios biológicos que eles utilizam... o que se fará de maneira extremamente diversa...e é através desta diversificação...que emergirá, multiforme o meio ambiente rural, que será o resultado do embate destas diferentes forças (JOLLIVET, 2001, p. 351)

Neste contexto, o autor se questiona a respeito do que se constitui o meio ambiente nos espaços rurais e até que ponto este representa uma novidade do ponto de vista analítico, conforme se verá a seguir.

## 1.2 MEIO AMBIENTE UMA NOVA DIMENSÃO PARA O RURAL?

Jollivet (1997) diz que noção de meio ambiente é uma noção fluída e que a sua generalização toma toda sorte de entendimentos. Ele mostra, por exemplo, como políticas antigas são rebatizadas sob este novo signo ambiental. Para o autor as concepções sobre meio ambiente surgem como resultado de uma sensibilização da sociedade pós industrial, ora calcada em fatos reais, ora baseada num certo “catastrofismo” científico, muitas vezes mal explicado, ou como resultado de situações econômicas, sociais adversas e, vale sublinhar ainda, um certo tom de romantismo naturalista.

De todo modo, para Jollivet qualquer que seja o conteúdo destas concepções, o que se depreende daí é que o meio ambiente emerge como o portador de uma nova obrigação do contrato social, ou seja, de uma obrigação eminentemente política (2001, p. 353). É justamente este aspecto político que se revela como novidade da discussão sobre meio ambiente na concepção do autor. À medida que as preocupações ambientais se tornaram coletivas, que se amplia a consciência de que os riscos afetam a todos, esses aspectos se tornaram mais evidentes. Esta “globalização” tem implicações políticas importantes, na medida em que promove o surgimento de solidariedades espaciais, tanto regionais (planos de desenvolvimento integrado, desenvolvimento regional e etc.), quanto planetária (Nosso Futuro Comum, Eco-92, Protocolo de Kyoto etc.). Tal constatação remete, inevitavelmente, a uma outra questão: o meio ambiente se torna elemento de disputa, entre diferentes atores, nos mais diversos níveis e essa disputa não ocorre apenas pela apropriação do recurso material, mas ela é também semântica. Afinal, os sentidos do que é meio ambiente não estão definidos.

Neste contexto, a própria ideia do que é ou não um objeto de preocupação ambiental ganha novos elementos. Isto pode ser observado, por exemplo, pela tentativa de valorizar algumas experiências que as “comunidades tradicionais” desenvolvem em seus territórios, como parte inerente do meio ambiente. A definição de meio ambiente proposta por Jollivet e Pavê (1997) parte também desta premissa, evidenciando que meio ambiente não deve ser tomado como sinônimo de natureza.

Embora se identifique vários embates nesse sentido, prevalece ainda uma concepção de proteção da natureza e não do meio ambiente. Assim, a proteção da água, do solo, da fauna e da flora passam a fazer parte, de maneira mais emblemática, das agendas ambientais. Neste contexto, os espaços rurais ganham importância redobrada, pois a relação que ele guarda com os recursos naturais os coloca numa posição privilegiada face às novas demandas ambientais. Como bem sublinhou Jollivet:

Os solos, as águas terrestres, a fauna e a flora estão no rural...além disso, as atividades que lá se desenvolvem intervêm

de maneira notável sobre os outros recursos. A agricultura aparece então, não somente como uma atividade que toca os recursos ecológicos internos do mundo rural, mas que incide também sobre outros grandes compartimentos: o mar e a atmosfera (JOLLIVET, 2001, p. 354).

Ademais, mesmo os processos de metropolização, que trazem consigo o que poder-se-ia chamar de problemas eminentemente urbanos, incidem sobre os espaços rurais, rebatizados agora de “problemas ecológicos”. O rural também muda em função das transformações ocorridas no meio urbano. É lá que se busca um ambiente de qualidade para as estratégias de localização, para o lazer e também de qualidade alimentar. Por esta razão é que Mormont (1996) acredita que o debate sobre meio ambiente pode estabelecer a relação urbano-rural, em um outro patamar, em que o rural não assuma uma posição subordinada, aspecto que será tratado mais adiante.

As repercussões das transformações dos espaços urbanos sobre o meio rural podem ser observadas, entre outros aspectos, pela intensificação do mecanismos de proteção dos recursos naturais, que no caso brasileiro, tem como principal estratégia a criação de unidades de conservação. Para Jollivet (2001) essa prática é concomitantemente acompanhada pela multiplicação dos riscos, pois estes controles têm caráter essencialmente normativo, punitivo e fragmentado. O autor sugere que um mecanismo efetivo de conservação não pode se orientar apenas para tratar os riscos que foram gerados, mas deve possibilitar o desenvolvimento de um sistema produtivo em que as probabilidades de risco sejam diminuídas. Esta proposta pretende forjar uma concepção de uma natureza ordinária, cotidiana e não como externalidade, conforme mencionado anteriormente.

Todas estas considerações evidenciam que a categoria de meio ambiente no meio rural criou um cenário de novos desafios, mas também de possibilidades de pensar os espaços rurais. Como bem sublinhou Jollivet (2001) “a noção de meio ambiente pode fazer surgir uma espécie de “ruralismo utópico”....a realização de um rural utópico, ao lado de uma indústria limpa, com suas águas limpas, seus rios e suas paisagens conservadas (...)” (2001, p.357). Tal realização só seria possível se pensada e construída a partir das coletividades territoriais, o que implicaria em novos arranjos institucionais e

mesmo numa nova percepção dos espaços, principalmente dos espaços rurais. Por isso, para Jollivet (2001) as transformações do rural influenciam na orientação das políticas públicas, fato que tem se revelado principalmente, a partir dos novos embates sobre meio ambiente, nos quais o rural ocupa lugar de destaque. É precisamente por isto que as preocupações ambientais constituem, para ele, fonte possível de recomposição e revalorização do rural.

Analisando as relações entre o rural e meio ambiente Marc Mormont (1997) diz que esta relação não é óbvia e que é diferente num tempo e em outro. O referido autor sublinha que num primeiro momento o rural foi pensado a partir da ideia de modernização técnica e racionalização do espaço, depois por meio de uma noção de rural como modo de vida, como uma cultura pertencente às pessoas do campo, animada principalmente, pelas ações dos movimentos sociais mas, no processo, a preocupação com o quadro de vida abriu espaços também para os aspectos relativos ao meio ambiente rural, concepção que se consolidou, a partir da década de 1980. Para este autor, é justamente este último estágio que fez com que o rural se constituísse, na contemporaneidade, em um espaço específico de negociação em torno dos embates ambientais.

Mormont (1997) afirma que é difícil precisar, quando e o que se constitui num aspecto ambiental no meio rural. No entanto, ele atribuiu às iniciativas de elaboração de inventários de sítios naturais e históricos, o início das preocupações ambientais no meio rural. O referido autor sublinha o fato de que as preocupações com o meio ambiente rural surgiram como um discurso politicamente conservador, anti-industrial que considerava o progresso técnico e econômico como um fator de degradação tanto moral quanto estético.

Após a 2ª guerra a ideia de proteção da natureza ganhou lugar por meio da criação de áreas protegidas em antigas áreas abandonadas, o que se fez na maior parte dos casos, em áreas de domínio privado. Mormont, alerta para o fato de que na realidade tal estratégia de conservação remetia a uma concepção de urbanização dos campos, uma espécie de uso urbano do espaço rural. Uma iniciativa como esta já havia sido levada a cabo na metade do século XIX, através da ideia de gestão racional. O aspecto diferente deste outro processo foi o fato de que ele se constituiu em um empreendimento do Estado. Inventariar a natureza, de modo a construir mecanismos que propiciassem a

gestão racional, passou a ser uma importante tarefa no âmbito das ciências naturais. Desse modo, observou-se a redução da natureza a um status de ferramenta de produção.

A partir da década de setenta, as preocupações com o modo de vida propiciaram a mudança desta concepção, pois, à tais reivindicações ligaram-se os argumentos naturalistas de preservação da natureza. Neste contexto, a tomada de consciência sobre os problemas ambientais revelaram a interdependência entre os espaços rurais e urbanos possibilitando a construção novas perspectivas analíticas que pudessem dar conta de tal complexidade. Foi na década de 1980, quando os estudos sobre as ruralidades começaram a ganhar força no âmbito das ciências sociais, que a ideia de meio ambiente passou a figurar como um tema importante de pesquisa. Estas abordagens partiam do pressuposto de que o meio ambiente era um misto de condições geográficas, históricas e sociais, que poderia se constituir numa base de desenvolvimento.

O meio ambiente é antes de tudo um território: ele é não somente uma força produtiva, mas também a base das identidades locais e regionais que **podem sustentar os projetos de desenvolvimento** e as dinâmicas locais... (p. 34) constitui um modelo de referência para pensar a ruralidade contemporânea: as relações entre o rural e urbano, mas também a diversidade de atores, de usos, de saberes, de representações e técnicas a partir de diferentes campos (MORMONT, 1997, p. 37, grifos nossos).

Em um outro momento deste mesmo texto, Mormont (1997) faz uma observação importante afirmando que o meio ambiente tem sido tomado como uma construção social, mas para ele o que é significativo é o fato de que isto está em curso e os sentidos desta construção não estão dados.

O referido autor, diz que o encontro do rural com o meio ambiente não é um fenômeno do acaso. Ele é o resultado daquilo que ele denomina de “crise do espaço” – uma ruptura entre as condições ecológicas de reprodução de nossa sociedade e as dinâmicas socioeconômicas de uso dos recursos. Foi esta crise que permitiu também o desenvolvimento de novas perspectivas de análise sobre

a agricultura num momento em que esta havia deixado de ser um objeto de preocupação das Ciências Sociais, na Europa.

No Brasil, os estudos que enfatizam a relação rural e meio ambiente ainda são emergentes.<sup>2</sup> A diversidade de aspectos que permeiam o rural brasileiro fez com que uma grande parte das pesquisas privilegie outros elementos, quer dizer, que nas ciências sociais o meio ambiente não se tornou a principal referência para pensar o meio rural.

Se no caso europeu, o meio ambiente constituiu a base das identidades locais e regionais conforme citado anteriormente por Mormont, no caso brasileiro, as referências nas quais se assentam esta identidade (ainda em construção) são outras. As categorias de agricultores familiares, de sem terras, de assentados, são exemplos disto. Os estudos que buscam enfatizar a existência de diferentes ruralidades abrem outras perspectivas de análise para o rural, nas quais o meio ambiente é um dos elementos, mas não o elemento estruturante.

É preciso entender esta orientação não como uma falta de importância do meio ambiente rural, mas como um tema transversal aos problemas da não realização da reforma agrária, da dificuldade do acesso à terra, da fome, da pobreza, sobretudo da pobreza rural. Mas se por um lado, a resignificação do rural se dá por diversas frentes no Brasil, por outro lado, se torna cada vez mais evidente a importância que a discussão sobre meio ambiente tem assumido nesse processo, principalmente no plano institucional, expressando-se na constituição de um arcabouço jurídico (SNUC, por exemplo) e organizacional específico (Secretarias de Meio Ambiente em todos os níveis), mas também da adoção da preceitos ambientais como diretrizes da política agrícola, ainda que se reconheça os limites desta orientação. Não se pode negar que mesmo numa escala ainda bastante reduzida no caso brasileiro, as preocupações ambientais de fato entraram para as agendas públicas das instituições que tratam do rural. O estabelecimento de um marco agroecológico no âmbito da EMBRAPA, bem como as diretrizes da recém criada PNATER e diversidade de modalidades do

---

<sup>2</sup>A este respeito ver o texto de Brandenburg (2005), em que ele analisa a bibliografia brasileira que trata da relação entre agricultura e meio ambiente, conforme indicado nas referências bibliográficas.

PRONAF sob esta perspectiva, embora objetivamente não impliquem numa mudança significativa do padrão produtivo, indicam que outros estilos estão sendo gestados. Mas como pensar esta reorientação num espaço rural pressionado pelas demandas da metrópole e historicamente excluídos dos processos de desenvolvimento? Até que ponto o meio ambiente pode contribuir para redefinir a relação entre campo cidade? É o que se pretende analisar nos itens seguintes.

### 1.3 MEIO AMBIENTE REDEFININDO O RECORTE – URBANO/RURAL

Referindo-se ao rural brasileiro, Wanderley (2000) afirma que o recorte rural-urbano permanece um elemento importante para analisar as diferenças espaciais e sociais que apontam, não o fim do rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade. A referida autora aponta as dificuldades de se estabelecer os limites entre o rural e o urbano e evidencia como a literatura clássica associa as sociedades rurais ao isolamento e em oposição: meio rural é identificado ao “meio natural”, lugar por excelência da agricultura e da vida social camponesa, distinto, portanto, da cidade, considerada como um “meio técnico”. A sociedade camponesa analisada por Mendras viu o camponês como o ator principal daquela sociedade e a agricultura como o elemento configurador do espaço rural. Para Wanderley (2000) isto mudou, principalmente considerando a evolução das dinâmicas da relação campo e cidade. Ancorada no estudo realizado por Juillard (1973) na França, Wanderley sublinha vários momentos desta interação fornecendo um quadro analítico importante para se pensar o rural metropolitano. Ela mostra que Juillard (1973) identificou três tipos de evolução.

Em primeiro lugar, **as cidades que permaneceram rentistas** do solo; o controle da estrutura fundiária por proprietários que vivem na cidade reproduz uma relação de “parasitagem” com o meio rural. Em segundo lugar, a cidade ou complexo industrial que cresceu sem laço orgânico com o meio rural que o envolve, esterilizando-o em vez de fecundá-lo. Finalmente, em terceiro lugar, a cidade que associa sem ruptura o campo a seu próprio desenvolvimento (JUILLARD, 1973, p.7 citado por WANDERLEY, 2000, p.10)



A autora se pergunta se no contexto das sociedades modernas pode-se ainda falar em sociedades rurais. Ela mostra de que forma o meio rural é afetado pelas transformações econômicas, sociais, mais gerais e que isso acaba por construir uma nova relação entre o campo e a cidade, na qual a diversificação do meio rural acaba com os antigos antagonismos contruindo uma relação de complementaridade (p. 11). A partir destas análises a autora afirma que o futuro dos espaços rurais dependerá não só do dinamismo do setor agrícola, mas da sua capacidade de atrair novos setores econômicos, procedendo assim, a uma ressignificação de suas próprias funções. Assim, o rural torna-se atrativo para pessoas do meio urbano, pois a paridade econômica (o que se aplica muito mais ao caso europeu) a modernização rural e crescimento demográfico aliado a uma crise do urbano, reforçam o renascimento deste rural.

Na Europa as novas funções do rural: o rural produtivo, o rural de consumo (localização de residências) e agora o rural patrimônio ambiental (ou rural natureza), como afirma Perrier-Cornet (2002) acabaram por revelar um espaço de muita vitalidade, atraindo não só novos investimentos, mas novos atores. Ainda buscando refletir sobre a relação dialética entre os espaços urbanos e o mundo rural, Wanderley (2000) cita o trabalho de Archambault a respeito do lugar do espaço rural numa pequena cidade:

A cidade de Laval, na Província canadense do Québec, foi criada em 1965, através da fusão dos 14 municípios, até então existentes na Ilha de Jesus. Os planejadores pretendiam transformar toda esta área um grande e moderno aglomerado urbano, onde, evidentemente, floresceria uma agricultura moderna, mas onde não haveria lugar para um meio rural, visto por eles como resíduo da sociedade tradicional. Apesar das tentativas para reforçar o caráter urbano de Laval, as áreas reservadas para a agricultura continuavam a ter uma grande importância, transformando-a em um espaço valorizado como “cidade-campo”. A partir desta identidade territorial, os diversos grupos, social e politicamente organizados, polarizam suas posições, defendendo o espaço agrícola, ora como um espaço prioritariamente produtivo, ora como um espaço de preservação ambiental. A consequência deste embate foi a **ressignificação do “rural”, expressão que nos discursos dominantes é substituída pela de meio ambiente a ser preservado com**

**um bem para todos.** “A problemática mudou completamente: diferentemente do “rural”, o “meio ambiente” se refere a um modelo, não em vias de desaparecimento, mas em emergência e em conflito com o modelo econômico dominante (ARCHAMBAULT,1998, p. 453 citado por WANDERLEY, 2000, grifos nossos).

Sob este prisma Mormont (1996) afirma que: “nas sociedades modernas, o meio ambiente é a linguagem potencial de uma reconceitualização sociopolítica do rural” (p.176). Também para Wanderley (2000) a assimilação do meio ambiente ao meio rural estabelece o diálogo com as cidades em um novo patamar, dado pela importância que natureza assume, em particular para os habitantes dos centros urbanos. Por isso, Mormont (1996) acredita que o meio rural pode passar a ser visto como “valor indispensável” ao futuro da sociedade, que assim se dispõe a lhe consagrar os recursos necessários, ao mesmo tempo em que os atores rurais podem passar a assumir novas funções sociais, precisamente como “mediadores entre a sociedade global e os espaços rurais”.

As novas significações atribuídas ao rural a partir da crise ambiental levam Marc Mormont, citado por Wanderley (2000) a afirmar que: a consideração das interdependências ecológicas reatribui (à questão rural) uma significação, porque o espaço rural é uma questão de apropriação e de gestão, cuja importância tende a englobar as estratégias de desenvolvimento, tanto para a agricultura, quanto para outros setores (MORMONT, 1996, p. 175 citado por WANDERLEY, 2000, p 69 ).

Os autores analisados anteriormente são unânimes em afirmar que o sentido que esta ressignificação do rural vai tomar, a partir das preocupações ambientais, não está dado. Com isso, se poderia perguntar quais os sentidos ou quais as orientações que esta assimilação do rural ao meio ambiente tem tomado no contexto da agricultura familiar da região metropolitana de Natal. Aspecto que se propõe a tratar no próximo item.

#### 1.4 IDIOSINCRASIAS DA QUESTÃO AMBIENTAL NO ESPAÇO RURAL METROPOLITANO.

O Município de Macaíba está localizado na região metropolitana de Natal, à aproximadamente 15 quilômetros da capital potiguar. Segundo dados do último Censo<sup>3</sup>, possui uma população de 69.467 habitantes sendo 26.988 de população rural. Com uma área de 512 km<sup>2</sup> possui 7 assentamentos de reforma agrária, organizados pelo Incra e 4 pela Secretaria Estadual de Reforma Agrária (SEARA) além e uma comunidade quilombola (Capoeiras). Subtraindo a população assentada, existem ainda aproximadamente 3000 famílias de agricultores familiares. O IDH do município é 0,665, sendo a média do estado de 0,711, segundo dados do PNUD.

A região situa-se em área de mata-atlântica e transição para caatinga, com regime de chuvas bastante favorável. Possui áreas destinadas a extração de água mineral e representa uma das principais regiões de preservação do rio Jundiá importante fonte hídrica para a cidade de Natal.

Segundo os técnicos da Emater foi justamente a tentativa de conservação dos recursos hídricos o primeiro sinal de uma preocupação mais ecológica. Um dos técnicos faz uma observação sublinhando que no momento em que “essas leis de proteção das matas ciliares chegaram aqui muito do que precisava ser preservado já não existia”. Nesta época a orientação é que somente os estabelecimentos que estavam de acordo com estas exigências teriam acesso aos subsídios para produção. Segundo o extensionista, se fosse seguir a risca tal exigência poucos agricultores poderiam acessar os recursos financeiros, considerando as condições de degradação de suas áreas, sobretudo dos recursos florestais. No entanto, essas demandas se colocaram de forma contundente na organização das unidades produtivas muito embora, os mecanismos de controle desse processo sejam extremamente falhos.

Para o secretário da agricultura do município de Macaíba o grande desafio ecológico para o rural hoje é “continuar a existir”. Segundo ele, os planos diretores das cidades têm promovido uma verdadeira esquizofrenia territorial, tentando exterminar o rural e sua população por decreto. O plano diretor de Macaíba elaborado no ano de 2008, agregou grandes extensões de áreas tradicionalmente rurais às áreas urbanas e/ou industriais como forma de atender os interesses econômicos do setor imobiliário e os projetos de expansão industrial da metrópole. Isso se fez à revelia dos interesses das populações rurais que residem nestas localidades

---

<sup>3</sup> [http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros\\_dados\\_divulgados/index.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php) acessado em 15 de agosto de 2011.

ignorando inclusive sua existência. Neste sentido, tanto os técnicos quanto o secretário foram unânimes em afirmar que se não fosse os projetos de assentamento de reforma agrária um número bem maior do território teria se tornado “urbano”. Neste sentido, sublinham a importância da ocupação produtiva desta região como instrumento de preservação dos recursos e o protagonismo dos agricultores neste contexto. Neste caso, cabe destacar uma dimensão desdenhada pelas práticas preservacionistas mais tradicionais: a ocupação produtiva desempenha aqui o principal elemento de preservação dos recursos principalmente quando se considera suas características.

A agricultura familiar praticada na região é caracterizada pela baixa utilização de insumos de um modo geral, explicada tanto pelo tipo predominante de cultura (mandioca) – menos demandatória dos pacotes tecnológicos modernos- quanto pelo fato de grande parte deste segmento ter sido historicamente excluído dos processos de “modernização” da agricultura. O principal produto cultivado para fins de comercialização na região é mandioca, sendo que o restante da produção (abóbora, feijão-verde, feijão, milho e olerícolas) destinam-se basicamente para auto-consumo e algum excedente é vendido na feira local. A manutenção dos padrões tradicionais de produção tem permitido na contemporaneidade a associação dos agricultores familiares às perspectivas sustentáveis ou ecológicas.

Contudo, a leitura que os agricultores fazem desse processo não se dão necessariamente nestes termos. Hannigam (1995) e Jollivet (2001) já alertavam para o fato de que a noção de meio ambiente é uma construção social. Construção essa que se faz inicialmente entre os cidadãos, mas que ganha efetividade e legitimidade no discurso técnico e científico. Isso que a sociedade contemporânea denomina de meio ambiente é antes de tudo o meio de vida da população rural, cuja simbiose com o mesmo é assegurada pela manutenção de um modelo produtivo tradicional, policultor cujo objetivo principal é o auto-consumo da família. A tradição tão desdenhada pela economia clássica, concebida como a principal característica do “atraso” da população rural, conforma-se atualmente num dos principais trunfos deste segmento.

Segundo, os técnicos da Emater de Macaíba, essa investida ambiental no espaço rural do município teve pouco alcance. Na realidade, as práticas produtivas pouco se modificaram em razão das novas exigências ambientais, dado o baixo grau

de tecnificação da agricultura familiar nesta localidade. Contudo, a incorporação destes preceitos de sustentabilidade começaram a aparecer de forma mais destacada a partir da implantação do PAA – Programa de Aquisição de alimentos e da PNAE – Política Nacional de Alimentação Escolar. A ampliação do acesso dos agricultores a esses mercados contribui para dar nova dimensão as demandas ecológicas.

O surgimento deste programa e desta política alertaram não apenas para a necessidade de organização da atividade produtiva, mas também incidiram sobre os padrões de qualidade desta produção. Na realidade estas duas ações colocaram em evidência e credibilizaram práticas que os agricultores já desenvolviam de longa data. O reconhecimento da importância de suas práticas e a possibilidade de obter maiores rendimentos com produtos pouco valorizados no âmbito da própria unidade produtiva abriu outras perspectivas para esse segmento de agricultores familiares. Esse foi o caso das 10 famílias envolvidas no projeto de horta comunitária no assentamento de Caracaxá.

A experiência teve início no ano de 2008 com a colaboração do Sebrae, através do PAIS- Produção Agroecológica Integrada Sustentável. Segundo, a liderança comunitária da região, a ideia em princípio era apenas criar uma alternativa para que as mulheres se ocupassem e contribuíssem na composição da renda da família. Elas não tinham clareza sobre quais seriam suas estratégias, mas estavam convictas que não poderia ser nada muito diferente do que faziam habitualmente no âmbito de sua unidade produtiva. A proposta da horta não apenas veio ao encontro dos interesses do grupo, mas foi potencializada pelas possibilidades de comercialização via mercados institucionais. Além do mais, a região mantinha todas as condições necessárias ao desenvolvimento de uma experiência desta natureza: um certo nível de organização social, área coletiva e água disponível.

Observe-se que a referência, o elemento central para o desencadeamento do projeto não é uma exigência ambiental, mas a necessidade de constituição do patrimônio familiar respaldada pela ação pública com vistas à garantia da segurança alimentar. Neste caso, fica bem evidente que isso que frequentemente se nomina como uma preocupação ambiental pode ser construída por diferentes frentes e assume toda sorte de entendimentos como bem frisaram Jollivet (2001) e Mormont (1997).

Segundo a coordenadora do grupo, a experiência que contava inicialmente apenas com mulheres atualmente envolve todos os membros da família e existe um planejamento do grupo para que sejam incorporadas novas sócias ao projeto. Na horta são cultivados: alface, coentro, cebolinha, mandioca, couve, cebola, tomate cereja, pimentão e etc. Todo processo produtivo é realizado em bases orgânicas utilizando técnicas como: urina de vaca; como fungicida natural, a camomila e nim; para controle biológico de pragas e manipueira também como repelente e adubo.

Segundo a coordenadora da equipe, a experiência com a horta tem propiciado uma melhor alimentação dos envolvidos o que tem irradiado também para o restante do assentamento. Mesmo aqueles que não fazem parte da experiência acabam por tirar lições desse processo. Recentemente as agricultoras começaram a discutir as possibilidades de certificar a produção e assim ampliar os canais de comercialização. Além de contarem com os mercados institucionais comercializam os produtos na feira local. Segundo a coordenadora do grupo apenas os rendimentos oriundos da feira superam os R\$ 100,00 por final de semana e só não obtêm ganhos superiores porque não dão conta da demanda. As principais dificuldades apontadas nesse caso estão ligadas a burocracia estatal para que se possa ter acesso aos recursos financeiros. A formação de uma associação formal e trâmites para permanecer na legalidade são quesitos ainda bastante difíceis de serem preenchidos por uma grande parcela dos agricultores, principalmente em áreas mais empobrecidas, cujos baixos índices de organização social são acompanhados por baixas taxas de alfabetização.

Nesse caso, o papel do poder local é fundamental. Apesar da precariedade das estruturas da Emater no Estado, grande parte dos projetos que conseguem ser efetivados resultam de sua ação. No caso, de Macaíba recentemente os colegiados territoriais têm desempenhado um importante papel na mediação dos interesses das populações rurais e o Estado, muito embora sua ação ainda seja bastante limitada. Ainda que sejam experiências muito pontuais, acenam para um novo cenário no espaço rural, talvez não tão novo, mas certamente ressignificado. Se a investida ambiental poderá de fato levar a um metamorfoseamento dos espaços rurais, isso não ocorrerá por uma única via. No caso, do espaço rural metropolitano, a demanda por água e políticas com foco na segurança alimentar parecem ter lançado luz sobre um segmento quase sempre desdenhado. Quiçá a vez do meio ambiente, seja também a vez da população rural e o reconhecimento da sua função socioambiental.

## 1.5 CONSIDERAÇÕES

As reflexões contidas neste texto constituem o esboço de um projeto de pesquisa ainda em andamento. A ideia foi mostrar que os preceitos ambientais incidem de diferentes formas no espaço rural e não necessariamente são concebidos como uma exigência ou legitimam por meio de normas como é o caso das pressões exercidas pela legislação ambiental nas áreas de agricultura mais moderna. No caso que está sendo pesquisado, é a própria natureza das práticas produtivas que se revelam como sustentáveis e que agora passam a ser valorizadas em outros patamares. Nesse, sentido se pode admitir que o debate ecológico pode sim contribuir para a valorização dos agricultores familiares, mas as formas como esse caminho será construído ganha toda sorte de manifestações.

## 1.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HANNIGAN, J. A. Sociologia Ambiental: A formação de uma perspectiva social. Coleção Perspectivas Ecológica. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 1995.

LUNGINBUHL, Y. Le rural pour repenser la nature ? In: JOLLIVET, M. et MATHIEU, N. (orgs). Du rural à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui. Paris, Ed. L'Harmattan, 1989.

MORMONT, M. De Bruxelles a la ferme: environnement et agriculters en Belgique. In: **Études Rurales**, Paris, (141-142): pag 157 -169, jan./jun. 1996. (Cultiver la Nature).

MORMONT, M. Le rural comme catégorie de lecture du social. In: JOLLIVET, M. e EIZNER, N. (orgs) **L'Europe et ses Campagnes**. Paris, Editions Presses de Sciences Po, 1997.

MORMONT, Marc. A la recherche des spécificités rurales. In: JOLLIVET, Marcel (Org.). **Vers un rural postindustriel**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1997, p. 17 - 44.

JOLLIVET, M L'environnement une dimension nouvelle pour le rural. In: **Pour une science sociale à travers champs**: Paysannerie, ruralité, capitalisme (France xxe siècle), Paris, Éditions Arguments, 2001.

\_\_\_\_\_. Le monde rural à l'heure de l'environnement. In: **Pour une science sociale à travers champs**: Paysannerie, ruralité, capitalisme (France xxe siècle), Paris, Éditions Arguments, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vers un rural postindustriel**: rural e environnement dans huit pays européens. Collection Environnement, Paris, Ed. L'Harmattan, 1997.

\_\_\_\_\_. Les metamorphoses d'un rural incertain. In: **Vers un rural postindustriel**: rural e environnement dans huit pays européens. Collection Environnement, Paris, Ed. L'Harmattan, 1997.

\_\_\_\_\_; PAVÊ, Alain. O meio Ambiente: questões e Perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, P.F e WEBER, J.S (org.) **Gestão de recursos Naturais renováveis e Desenvolvimento**: Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo, Ed. Cortez, 1997.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola uma visão histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Hucitec, 1999.

WANDERLEY, Maria N. B. A valorização da Agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente a Reconstrução da Ruralidade a Relação Sociedade/Natureza**, UFPR, Curitiba, nº 2 jul-dez, 2000. p. 29-37.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. **Anais**. XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 1996.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **A Emergência de Uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas**: O "Rural" como Espaço Singular e Ator Coletivo. UFPE, Recife, 2000 (mimeo).

WANDERLEY, Maria Nazareth. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. IN; GIARRACA, Norma (compiladora) **Uma nueva ruralidad em America Latina?** Buenos Aires, CLACSO-ASDI, 2001, pp31-44.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **Um olhar sobre o rural brasileiro**. (mimeo)1999.